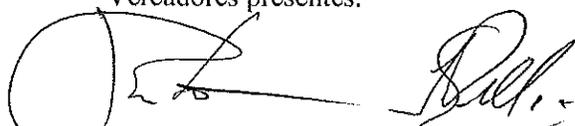


Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Volta Grande, realizada no dia 16 de Julho de 2019. Aos dezesseis dias do mês de Julho de dois mil e dezenove, às 19:30 horas, realizou-se a segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Volta Grande designada para esta data. Foi feita a chamada dos Vereadores e assinado o livro de presenças. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberto os trabalhos, com a aprovação da ata da sessão anterior, nos termos do art. 161 do Regimento Interno. O Sr. Presidente iniciou a sessão concedendo a palavra livre à munícipe Margareth Carvalho. Sra. Margareth deu boa noite a todos e disse que veio a Esta Casa parabenizar a conquista do tão sonhado piso salarial dos professores, citando um velho ditado português: "Filho feio não tem pai" e disse que pela lógica, filho bonito, tem, mas antes de saber o DNA do Piso, relembra que em 2008, foi criada a Lei do Piso Nacional nº11.738, sancionada pelo Presidente Lula, mesmo que alguns presentes não gostem, mas foi o analfabeto Lula que criou a Lei do Piso, aquele do PT que está preso. Grande ironia. Na Lei não havia punição para quem não a cumprisse, assim começou o dilema. Tínhamos uma Lei, porém os prefeitos não pagavam. A Munícipe continua dizendo que se organizaram e filiaram ao Sindicato único dos trabalhadores da Educação de Minas Gerais, mostrando uma foto histórica dos professores na porta da Prefeitura há 10 anos atrás, segurando uma faixa que dizia: "O Piso é Lei, faça valer.". Sra. Margareth continua dizendo que foram alguns movimentos com resultados positivos, mas, muitos negativos, uma vez ganharam o Piso, mas perderam o pó de giz, outra se calculou errado as vantagens. A Munícipe, continua dizendo que hoje não pertence mais a equipe dos professores municipais, mas está aqui para dizer que todos são responsáveis por esta conquista, e espera que não parem de lutar, pois depois de mais de 10 anos de luta, eis uma vitória, às vésperas do apagar das luzes, pois há rumores que em 2020 não haverá mais FUNDEB e aposentadoria não será mais especial, os novos professores terão uma jornada de 40 anos para garantir a aposentadoria integral, e vocês, melhor do que ninguém sabem que sala de aula não é coisa para amadores. A Professora continua dizendo que agora é momento de tomar um folego e lutar pelo 1/3 do extraclasse e o Piso inteiro, não pela metade. Sra. Margareth finaliza parabenizando pela conquista, professores, Secretária, Prefeito e Sindicato, e cita uma frase que segundo ela, também como o Piso, tem várias paternidades. "Sonho que se sonha só, é só sonho. Sonho que se sonha junto, é realidade". Contem comigo, estamos juntos sempre, a luta continua e até a vitória. Pela Sra. Secretária, foi lido o ofício do Executivo Municipal nº109/2019 – Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei (faz); Prosseguindo foi lido Projeto de Lei nº009/2019 que "ESTABELECE O PISO SALARIAL DOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE PARA O ANO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Ao Contínuo o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Júlio, Secretário Municipal de Administração, que veio a Esta Casa falar sobre o Projeto de Lei acima citado. Primeiramente Sr. Júlio cumprimentou a todos os presentes e começou sua fala dizendo que o governo do Prefeito Jorge é um governo que se apoia no poder de servir à comunidade a fim de anunciar a justiça social, o amor, a verdade, seguindo o que Jesus nos ensinou. Disse, também, que a construção de uma sociedade mais justa, humana, igualitária é possível e que estão lutando nesse sentido, pela construção pautada no poder de servir a comunidade voltagrandense. O Sr. Secretário disse que apesar de ser ilegal, deixar de pagar o piso salarial para os professores, como disse a cidadã Margareth, não tem uma punição específica, a Lei não prevê nenhuma sanção, assim as prefeituras que não pagam o piso estão sujeitas apenas as ações do Ministério Público que pode propor diretamente uma ação judicial ou tentar um acordo por meio de termo de ajustamento de conduta conhecido como TAC. Disse, ainda, que o Prefeito Jorge ao conceder o reajuste, o Piso Nacional ele está honrando o seu compromisso, não de campanha, mas de governo porque esta proposta está inserida no texto do programa de governo e o seu compromisso é com a implementação de políticas públicas de valorização dos profissionais da Educação. Sr. Júlio continua dizendo que em tempos de quedas de arrecadação de impostos e dificuldades para honrar pagamentos, as prefeituras vão enfrentar outro desafio que é daqui pra frente manter, como a Margareth nos disse, o FUNDEB e corre o risco de deixar de existir a partir de 2021. O Secretário disse que sua expectativa é de que a prefeitura adote não apenas o Piso Nacional, mas após elaborar o plano de carreira do Magistério, possa gradativamente fazer a recomposição das perdas acumuladas. A descentralização do Poder, a autonomia e a gestão

democrática do ensino público desde 88 são alicerces que sustentam a atuação do Município. Com a Lei de diretrizes e bases da educação nacional houve o fortalecimento da descentralização do ensino. A transferência de responsabilidade aos municípios não prevê recursos suficientes e tão pouco apoio técnico para enfrentar a gestão de uma rede complexa. Sr. Júlio disse já ter visto muitas pessoas de boa vontade que oferecem ajuda, que se dispõe a auxiliar, que conviveu com pessoas que era possível pedir favores sabendo que seria atendido e que conhece pessoas que se destacam por serem prestativas, buscando soluções antes dos problemas ocorrerem, sempre prontas a colaborar, são atitudes admiráveis, e que aprecia muito pessoas assim. Continua dizendo que o único bem verdadeiro, íntegro, é o bem que se pratica espontaneamente, sem calcular, sem ao menos perceber que está fazendo um bem, esse sim, fica registrado pela consciência, nos dá a paz, a sensação maravilhosa do dever cumprido. O Secretário continua dizendo que o Prefeito não é obrigado a cumprir a Lei Federal que criou o Piso Nacional do magistério, ele está cumprindo porque é um dever moral, uma questão de consciência, de justiça aos professores que devem e serão valorizados por esta administração e que esse é apenas o início da implementação de política pública voltada para a valorização dos profissionais da Educação. Disse ainda que em Agosto tudo indica que conseguirão iniciar a reforma administrativa com a elaboração do plano de carreira dos servidores, do magistério, que será o ponto de partida para corrigir as perdas salariais para de fato recuperar o salário que está defasado, não só dos professores mas como dos servidores de um modo geral. Esse é um compromisso do governo do Sr. Jorge. Falou também sobre Concurso Público após a elaboração do Plano, após a reforma administrativa num futuro próximo, que esse sim garantirá a estabilidade desses servidores que hoje atuam na área da educação que ainda não são concursados. Sr. Júlio lembra, também, que o Prefeito além de conceder o Piso Nacional, ele também garante aos estudantes desta cidade, o transporte para faculdade de Além Paraíba, cursos técnicos, garante aos alunos da APAE o transporte escolar e que em Agosto a Administração deve encaminhar a Esta Casa Legislativa, um Projeto de Lei que irá possibilitar a contratação desses estudantes da faculdade, de cursos técnicos como estagiários na prefeitura para que eles possam ser recebidos no mercado de trabalho já aptos a desenvolver o seu trabalho. Continua dizendo que o governo do estado reteve recursos do IPVA, ICMS, FUNDEB e hoje a dívida do estado com o município está em torno de aproximadamente R\$2.600.000,00 e nesse período o governo manteve em dia o pagamento dos servidores, dos fornecedores, o Piso salarial do Magistério. Disse ainda que quantas prefeituras de cidades vizinhas não honraram esse compromisso, mas isso só foi possível porque as finanças do município apesar da escassez de recursos estão equilibradas, isso é prova de que o Prefeito está fazendo uma boa gestão. Sr. Júlio disse que o fim do FUNDEB deve acender um sinal de alerta para toda sociedade, pois representaria retrocesso para nossas crianças e jovens, primeiro a volta de uma imensa desigualdade e segundo uma desorganização total do sistema de ensino. Para se ter uma ideia para cerca de 1.000 municípios o FUNDEB representa mais de 80% dos recursos de investimento em educação, sua extinção levaria a queda dos cofres públicos das cidades, por isso precisamos colocar o FUNDEB como o assunto do momento. O governo federal precisa ter foco nas iniciativas que realmente podem contribuir para educação de qualidade. Além do reajuste salarial anual, o Prefeito também tem reformado as escolas, não é a reforma dos sonhos do governo, mas sim o que é possível ser feito no momento. O Ministério Público propôs uma ação obrigando o município a fazer essas reformas, quando isso aconteceu as obras já estavam em andamento e já estão em fase de conclusão. O Sr. Secretário lembrou também que veio a esta Casa a mais tempo e disse que estava em curso a política de valorização ao servidor, frisando que não acontece na hora que a gente quer, a administração pública é diferente de uma empresa privada, tudo é a médio e longo prazo, enfim, é uma novela pra se colocar em prática, pra tirar do programa de governo uma proposta. Lá trás, o sindicato se reuniu, vereadores reivindicaram, professores se manifestaram, mas isso já era uma proposta que estava inserida no programa de governo e que no seu tempo seria cumprida. É louvável a iniciativa dos vereadores, dos professores, não se está discutindo aqui o mérito desse Projeto de Lei, se o autor é o Prefeito, se o Prefeito está cumprindo a Lei, ou se ele não é obrigado a cumprir. Depende da vontade política do gestor, ele poderia não ceder a nenhuma pressão, como não cedeu, ele realizou porque está no programa de governo, é um compromisso dele com a classe.

trabalhadora e quero aqui dizer que o dia que eu deixar de ser Secretário Municipal de Administração, vou sair com a consciência tranquila do dever cumprido porque eu tenho certeza que esse governo, ainda que eu não esteja participando da construção desse projeto da reforma administrativa, tenho certeza que será um legado que esse governo vai deixar e que eu tive a honra de participar e de contribuir. Aos professores, meus parabéns pela conquista, é uma vitória da classe trabalhadora, é uma vitória pro Magistério. Ao Sr. Prefeito, meus parabéns por cumprir de forma consciente aquilo que a Lei exige. Aos Vereadores, meus parabéns por cumprirem com seu dever de fiscalizar, de cobrar, porque é importante que tenhamos uma Câmara atuante, é importante que tenhamos oposição para que haja um equilíbrio para que o governo tire do papel o mais rápido possível aquilo que ele se dispôs a fazer quando assumiu uma candidatura, quando no seu programa de governo. Muito obrigado, uma boa noite, espero que Esta Casa aprove este projeto porque será o primeiro passo para iniciarmos a política de valorização dos profissionais da Educação. Logo após, o Sr. Presidente colocou em discussão e votação o pedido de urgência ao Projeto de Lei nº09/2019, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida pela Sra. Secretária foram lidos os Pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento favoráveis ao referido Projeto de Lei que colocado em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº09/2019 foi o mesmo aprovado unanimemente. Ato Continuo foi lido convite do arraiá da Escola de Trimonte no dia 19/07/2019 a partir da 18:00 horas. Para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Vereador Leandro Luiz de Souza Magalhães e demais Vereadores presentes.


26/07/19







